

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Ônibus operava a linha 700 quando apresentou falhas

CPTrans cita que ônibus estava apto a operar

No dia em que a Justiça determinou o reajuste da tarifa da empresa Turp Transporte para R\$ 5,90, a partir do próximo dia 11 de novembro, um coletivo da companhia apresentou uma falha mecânica na linha 700. Segundo os passageiros, o veículo apresentava vazamento de óleo. Embora a própria resolução da Companhia Petropoli-

tana de Trânsito e Transportes (CPTrans) determine que os veículos padrão e convencionais possam operar por, no máximo, 11 anos, e os micro-ônibus, por até oito, a partir da data de fabricação, o veículo de placa KPK-3938 foi fabricado em 2012, ou seja, opera acima do permitido e em desacordo com a legislação vigente.

Outra irregularidade

O coletivo também está com o prazo de regularização do CRLV em atraso, já que o limite para os veículos com final de placa 8 terminou no último dia 31 de outubro, de acordo com o calendário de licenciamento do Detran RJ. Contudo, a CPTrans informou à coluna que o veículo está dentro

da validade de operação e que a empresa foi notificada pela infração. A resposta vai de encontro à própria resolução da companhia e apresenta a necessidade de uma revisão e fiscalizações recorrentes, afinal o reajuste foi aprovado e parte dos coletivos seguem operando irregularmente.



Foram 188 ocorrências registradas no período

26º BPM apresenta dados operacionais de outubro

O 26º Batalhão de Polícia Militar apresentou os dados operacionais referentes ao mês de outubro. Segundo a corporação, foram 188 ocorrências registradas no período e 88 pessoas foram presas. Referentes às apreensões, foram três armas de fogo, cinco simulacros, 21,78 quilos de cocaína, 21,33 quilos de maconha,

5,82 de crack. Além de R\$ 6.556,00, 16 motos e um carro. Os dados divulgados apresentam aumento de 63,4% das ocorrências quando comparado ao mês de setembro. A quantidade de entorpecentes apreendidos também aumentou no período. Os índices reforçam o trabalho realizado pela polícia militar no município.

Vacinação antirrábica

A Prefeitura promove a 5ª etapa da vacinação antirrábica de cães e gatos. Desta vez as equipes vão estar nas regiões do Centro, Estrada da Saudade, Cascatinha, Boa Vista, Itamarati, Alcobacinha, Bela Vista, Bairro Esperança, Provisória, Morin, Caxambu e Alto

da Serra. Serão 19 pontos de vacinação em locais estratégicos das comunidades no próximo sábado (08). A vacina antirrábica é destinada para cães e gatos a partir de quatro meses de idade e, além dos animais, ajuda a manter a população protegida.

Orientações aos tutores

Os tutores devem levar os cães com coleira e guia. Já os gatos devem ser levados em caixas de transporte. Uma lei estadual determina que a circulação de animais ferozes só é permitida se conduzidos por maiores de 18 anos, com uso de guias e focinheira, apropriados para o

tipo de raça de cada animal. Quem não cumprir o que determina a lei, pode ser multado. A raiva é uma doença infecciosa viral aguda grave que acomete mamíferos, inclusive o homem, e caracteriza-se como uma encefalite progressiva aguda que pode levar à morte.

PETROPOLITANO

Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

Turp cobrará R\$ 5,90 a partir do dia 11 de novembro

Decisão foi confirmada durante audiência nesta terça-feira (04)

Por Gabriel Rattes

Um ônibus da empresa Turp, que fazia a linha 700 (Terminal Itaipava x Centro), quebrou na altura da ponte de Corrêas e derramou óleo na pista poucas horas antes da audiência que discutiu o reajuste da tarifa do transporte público em Petrópolis. O incidente aconteceu no mesmo dia em que o juiz Jorge Luiz Martins Alves adiantou que a empresa poderá cobrar R\$ 5,90 a partir de 11 de novembro, com monitoramento quinzenal do serviço durante 90 dias.

A audiência contou com a presença do promotor Pedro Coutinho (MPRJ), do procurador-geral Fernando Fernandes, do presidente da CPTrans, Luciano Moreira, da superintendente do Setranspetro, Carla Rivetti, de representantes da Turp Transportes, da presidente do Conselho Municipal de Trânsito, Cássia Hammes, e do servidor da CPTrans Júnior César.

O encontro foi realizado após determinação judicial que suspendeu o reajuste anterior até que fossem comprovadas melhorias no sistema.

Avanços x desafios

O presidente da CPTrans, Luciano Moreira, destacou que os indicadores da Turp melhoraram desde a decisão judicial de junho. Segundo ele, o índice de cumprimento de viagens subiu de 85% para 92% e as falhas mecânicas caíram de quatro por dia para duas e meia.

“Esses resultados foram alcançados com monitoramento constante e planos de ação semanais. A decisão do magistrado foi fundamental para estimular essas mudanças”, disse Moreira.

Ele admitiu, porém, que ainda há muito a ser feito: “O



O encontro foi realizado após determinação judicial que suspendeu o reajuste anterior

principal problema hoje é a falta de motoristas, agravada pelos atrasos salariais. É isso que impede a retomada total das linhas”.

Turp admite dificuldades

Representantes da Turp reconheceram que as falhas operacionais ainda ocorrem, mas afirmaram que as reuniões semanais com a CPTrans têm ajudado a corrigir problemas. Segundo a empresa, há carência de motoristas e dificuldade em manter profissionais, que migram para plataformas como Uber e 99.

A Turp também apontou que o não repasse do Vale Educação, previsto na planilha tarifária, afeta o fluxo de caixa e contribui para atrasos nos pagamentos. Apesar disso, a empresa disse estar ajustando o setor de manutenção e ampliando a frota útil de 116 para 119 veículos.

Mão de obra é problema

O servidor da CPTrans

Júnior César reforçou que o déficit de motoristas atinge todas as operadoras da cidade. Ele informou que as empresas têm buscado parcerias com autoescolas para formar novos condutores com habilitação D.

O promotor Pedro Coutinho questionou o destino dos profissionais das empresas Petro Ita e Cascatinha, que perderam o contrato com o município. Segundo a Turp, parte desses motoristas foi absorvida, mas muitos deixaram a profissão por desgaste ou reprovação em testes internos.

Continuidade do monitoramento

A presidente do Conselho Municipal de Trânsito, Cássia Hammes, disse que os conselheiros têm acompanhado os relatórios da CPTrans e reconhecem avanços, mas cobram melhorias mais rápidas. “Como usuária, vejo melhora, mas ainda precisamos de muito mais”, afirmou.

Já a superintendente do Setranspetro, Carla Rivetti, res-

saltou que o transporte é um serviço dinâmico e em constante ajuste. “Alterações na operação buscam evitar desperdícios e conter o aumento de custos que impactam diretamente o valor da tarifa”, explicou.

Rivetti destacou ainda a ampliação de linhas como a 607 (Caititu) e 710 (Boa Esperança), que tiveram trajetos estendidos para atender regiões antes descobertas.

Decisão judicial e próximos passos

O juiz Jorge Luiz Martins Alves adiantou que irá determinar que, a partir do dia 11 de novembro, a Turp poderá aplicar a tarifa de R\$ 5,90. A CPTrans deverá apresentar relatórios a cada 15 dias sobre a operação, sob pena de sanções civis e penais caso descumpra a determinação.

O presidente da companhia, Luciano Moreira, se comprometeu a apresentar o próximo relatório à Justiça, após ser apresentado ao Conselho Municipal de Trânsito (Comutran), na mesma data.

Operação combate comércio de cigarro eletrônico em Petrópolis



Ação apreendeu 69 dispositivos e outros materiais

A Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil (PC), Guarda Civil Municipal (GCM), Vigilância Sanitária e Procons municipal e estadual deflagraram nesta terça-feira (04/11) a “Operação Vape”, que teve o objetivo de combater o comércio ilegal de cigarros eletrônicos em Petrópolis. A ação conjunta desses órgãos passou por sete estabelecimentos, entre tabacarias, bares e lojas de outros ramos, no Centro, no Retiro e no Alto da Serra. O trabalho terminou com apreensão de 69 dispositivos de fumar, 35 frascos de essência usados nos cigarros eletrônicos e outros 14 acessórios (como baterias, carregadores, entre outros), material avaliado em cerca de R\$ 12 mil. Quatro pessoas foram encaminhadas para a delegacia para prestar depoimento. O comércio de cigarros eletrônicos é proibido em todo país pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “Mais uma vez o trabalho integrado entre as forças de segurança e os órgãos de fiscalização mostra um grande resultado. O cigarro eletrônico tem venda proibida e, por isso, é fundamental a união de todos para combater essa irregularidade e proteger a nossa população”, destacou o prefeito Hingo Hammes.

O trabalho foi organizado pela Secretaria de Serviços, Se-

gurança e Ordem Pública (SS-SOP) e pela Polícia Civil, após constatarem o aumento do uso de cigarros eletrônicos entre jovens da cidade. A partir disso, houve uma investigação para identificar estabelecimentos suspeitos da prática do comércio irregular.

Na Rua Nelson de Sá Earp, uma tabacaria foi vistoriada e foram encontrados 35 dispositivos de fumar, 28 frascos de essência e 14 acessórios escondidos no estoque. O dono do estabelecimento alegou que o material era de consumo dele e de funcionários e que não estava comercializando.

As equipes também vistoriaram estabelecimentos na

Rua Sete de Abril, onde foram encontrados oito dispositivos em uma tabacaria e sete frascos de essência em um bar. Na Rua Alencar Lima, uma loja de artigos de costura foi flagrada com cigarros eletrônicos na vitrine. No local, foram apreendidos 26 dispositivos.

Responsáveis pelos estabelecimentos flagrados com os produtos ilegais foram levados para a 105ª Delegacia de Polícia (DP). Eles podem responder por crimes contra a saúde pública, contra a economia popular e por contrabando, com penas somadas que vão de três anos e meio a 10 anos de prisão. “Vender cigarro eletrônico é crime que traz um risco

muito grande para a população, sobretudo em razão do uso pelos jovens”, disse o secretário de Serviços, Segurança e Ordem Pública, Marcelo Chitão.

Também houve fiscalização em uma tabacaria no Alto da Serra, em um bar na Rua Santos Dumont e em uma loja no Retiro, mas nenhuma irregularidade foi constatada nos três locais.

Cigarros eletrônicos tem venda proibida

Desde 2009, a Anvisa não permite a comercialização, importação e propaganda de cigarro eletrônico, seus acessórios e refs. Uma resolução do ano passado ampliou o cerco e também proibiu fabricação, distribuição, armazenamento e transporte dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), popularmente conhecido como vape, e qualquer peça destinada ao uso desses aparelhos.

Os cigarros eletrônicos podem causar dependência de nicotina, contribuindo para que o usuário se torne fumante de cigarros convencionais, e também provocar lesões pulmonares, doenças cardiovasculares, inflamações, além do risco associado às baterias, que podem explodir durante o uso em razão da temperatura elevada.